

## ENTRE DESIGUALDADES E CURRÍCULOS: A JUSTIÇA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO FÍSICA EM PERSPECTIVA

DENIS WILLIAM GRIPA

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

PAULA RAMOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

---

**RESUMO:** Em um cenário em que o aprofundamento das desigualdades sociais se reflete nas desigualdades educacionais e escolares, é premente discutirmos a relação entre justiça social e a educação. De abordagem qualitativa, realizamos uma revisão integrativa de literatura com vistas a sistematizar a produção científica na Educação Física sobre justiça curricular, discutindo criticamente o estado atual da temática. Como principais achados, destacamos as relações entre os currículos cultural e crítico-libertador da Educação Física com o debate de justiça curricular, em especial com a dimensão do conhecimento. Concluímos a atualidade, pertinência e relevância dessa discussão para a área, destacando as inúmeras contribuições de uma práxis pedagógica crítica e apontando algumas lacunas a serem preenchidas em estudos futuros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física; Currículo; Justiça Social; Justiça Curricular

---

### INTRODUÇÃO

No Brasil, país de abissais desigualdades sociais forjado por um passado escravocrata e colonial, o horizonte da justiça social parece cada vez mais distante. Historicamente, o acesso a conhecimentos sociais, políticos e a uma educação de qualidade foi sistematicamente negado e negligenciado a boa parte da população brasileira, naturalizando as desigualdades e criando o que Souza (2018) chama de uma subcidadania. O autor ainda argumenta que com os adventos do neoliberalismo, há uma profunda degradação desse cenário, pois temos de um lado uma parte minoritária da população, que possui capital econômico e cultural para alcançar melhores salários, reconhecimento e prestígio social, e do outro uma grande parcela da população vivendo na informalidade e no subemprego, privado de condições para romper com esse ciclo de exclusão, exploração e abandono, um verdadeiro apartheid social.

Ao olharmos para a trajetória da educação em países colonizados como o nosso, a história se repete: de um lado, os colonizadores buscavam controle e modernização e do outro, os povos colonizados lutavam para proteger sua cultura local ao passo que adquiriam outros conhecimentos, tentando algum equilíbrio nesse processo (Connell, 2012). Nesse intrincado cenário, o ideário de justiça social é discutido e incorporado no/pelo campo da educação, de distintas maneiras a partir de múltiplos atravessamentos. Ponce (2018) defende que a aproximação entre justiça social e o currículo é algo que está na ordem do dia para a educação, afinal, como apontam Lima e

Gandin (2017) esta aproximação nos possibilita lançar luzes às injustiças estruturais no âmbito educacional, assim como pensarmos em alternativas viáveis para enfrentá-las.

Na esteira desse debate, surge o que vários pesquisadores vêm nomeando como justiça curricular (Connell, 1993; Torres Santomé, 2013; Silva, 2018; Ponce, 2018; Costa; Araújo; Ponce, 2023). Este conceito, proposto inicialmente pela australiana Raewyn Connell (1993), parte da análise das relações entre o conhecimento e o seu conteúdo social, atravessado pelas questões de raça, classe e gênero, para defender que a associação entre justiça social e educação se daria através da integração transversal de três princípios, a saber: i) a defesa dos interesses dos menos favorecidos, construindo um currículo contra-hegemônico; ii) a participação e a escolarização comum, com práticas pedagógicas não hierarquizadas e de cooperação; e iii) a produção histórica da igualdade, abordando as desigualdades desde a sua estrutura de produção.

Torres Santomé (2013) é outro autor que contribui para a construção desse conceito ao afirmar que existe um currículo hegemônico que historicamente produz e reproduz desigualdades, pois seleciona, organiza e interpreta os conhecimentos, transmitindo-os como verdades objetivas, neutras e oficiais. Ao mesmo tempo, o autor destaca o compromisso social atribuído às instituições escolares, que abre caminhos para a construção de espaços de resistência e denúncia, possibilitando perspectivas alternativas de compreensão do mundo e fomentando o diálogo e a cooperação para a construção de sociedades mais justas, plurais e democráticas.

No Brasil, Ponce (2018) nos convida a pensar a justiça curricular a partir de três dimensões: i) o conhecimento capaz de gerar vida digna, que se ocupa da discussão sobre a seleção e a organização dos conteúdos escolares, além do trato pedagógico destes, com vistas à democratização dos conhecimentos e das epistemologias que os sustentam; ii) o cuidado, que trata de uma série de reflexões sobre os sujeitos do currículo, o espaço e o tempo escolar, para a garantia de condições dignas para o desenvolvimento pleno dos sujeitos; e iii) a convivência solidária e democrática, que aborda a construção de uma cultura de debate democrático e respeito ao outro, consolidando valores humanitários essenciais para o convívio entre sujeitos socialmente diferentes. Estas três dimensões, quando tomadas como base para a construção do currículo na escola, nos permitem pensar a justiça social enquanto alicerce e horizonte da justiça curricular.

Esta discussão está na ordem do dia em nossa sociedade, pois em um contexto de globalização neoliberal, é premente lançarmos nossos olhares para o aumento da concentração de renda e o aprofundamento das desigualdades sociais, que por consequência se refletem em nossos atuais cenários de desigualdades educacionais e escolares. Torres Santomé (2013) menciona o aumento das pressões mercantilistas, neoliberais e conservadoras nos sistemas educacionais, em que os conhecimentos reproduzidos nas salas de aula ocorrem de tal maneira que contribuem para a legitimação do ordenamento social vigente, mantendo as hierarquias e as relações de poder que por sua vez legitimam práticas de marginalização de determinados grupos, processo esse que Connell (1993) intitula de “ciclo da pobreza”.

Esse ciclo atinge as pessoas de forma desigual em função dos marcadores sociais da diferença que incidem sobre elas e se refere ao processo que mantém e acirra

GRIPA, D. W.; RAMOS, P.

as desigualdades ao longo do tempo. Os marcadores sociais da diferença consistem em lugares de pertencimento social que são atribuídos às pessoas em função de características, tais como deficiência, raça, gênero, sexualidade, idade etc. São estes marcadores que se interseccionam e “[...] inserem as diferenças num jogo complexo de hierarquias que, em alguns momentos, podem contribuir para a construção de enormes desigualdades” (Vencato, 2014, p. 25). Nesse sentido, é fundamental que as discussões sobre justiça considerem estes marcadores e interseccionalidades.

Apesar da crescente incorporação do debate sobre justiça social e de sua interface com o currículo, observa-se que sua presença ainda é incipiente em diversas áreas específicas do currículo. Nos últimos anos, a produção acadêmica brasileira tem ampliado o diálogo com os conceitos de justiça social e curricular, mas permanece pouco sistematizada, dificultando a compreensão de como diferentes campos disciplinares têm apropriado e desenvolvido essa discussão. Essa lacuna se torna ainda mais evidente quando consideramos a necessidade de identificar tendências, enfoques teóricos e aproximações conceituais que orientam a pesquisa recente sobre justiça curricular nos distintos campos disciplinares.

Aragón (2022), ao discutir o alcance da educação como um direito humano e social de caráter universal, comenta que tanto em processo quanto em produto, a educação implica em um ato de justiça que pode impactar de forma relevante na construção de sociedades mais justas. Para isso, é premente investigarmos tanto experiências pedagógicas que coloquem em prática os princípios da justiça curricular, como, por exemplo, a experiência da Escola Cidadã em Porto Alegre entre os anos de 1989 e 2004, com a incorporação de princípios da democracia participativa nas escolas (Lima; Gandin, 2017), quanto o desenvolvimento da produção de conhecimentos nas disciplinas que compõem o currículo escolar na interface da discussão sobre justiça curricular. Diante dessa lacuna e da necessidade de compreender como a justiça curricular tem sido debatida, o objetivo deste artigo é sistematizar a produção científica da Educação Física sobre justiça curricular, discutindo criticamente as tendências, contribuições e desafios que caracterizam o estágio atual da temática.

Enquanto disciplina do currículo responsável pela tematização das diversas manifestações da cultura corporal que historicamente a humanidade construiu, a Educação Física apresenta um potente espaço para a construção de práticas pedagógicas que dialoguem com a justiça curricular. Costa e Neira (2016) mencionam que as práticas corporais estão impregnadas de marcadores sociais como raça, classe, gênero, entre outros, e suas diversas possibilidades de leitura e produção dependem da posição que os sujeitos ocupam no tecido social. Assim sendo, a Educação Física pode se configurar como um espaço de ampliação da leitura de mundo (Freire, 2017) através da tematização e da conscientização sobre as distintas formas de opressão que atravessam os corpos dos sujeitos em nossa sociedade.

## METODOLOGIA

Neste escrito, trabalhamos com uma revisão integrativa de literatura a partir de uma abordagem qualitativa, com vistas a caracterizar a produção científica sobre a relação entre justiça curricular e Educação Física. A revisão integrativa, como um método sistemático e rigoroso contribui para uma compreensão holística dos problemas de

investigação, desde que aplicado com o mesmo rigor científico das pesquisas primárias (Russell, 2005; Whittemore; Knafl, 2005). Esta técnica permite combinar dados da literatura teórica e empírica, incluindo diversas fontes de dados para o alcance dos mais variados objetivos: identificação de lacunas nas pesquisas atuais e de necessidades para as pesquisas futuras, análise das metodologias empregadas, definição de conceitos ou revisão de teorias e evidências, e a construção de pontes entre áreas de conhecimento (Cooper, 1998; Whittemore; Knafl, 2005).

Concordamos com Ramos *et al.* (2014, p. 20) ao advogarem pela necessidade de “[...] definir critérios, métodos precisos e sistemáticos, por forma a identificar e selecionar as fontes bibliográficas com o máximo rigor, grau de eficiência e confiança no trabalho desenvolvido”. Nesse sentido, apresentamos na sequência a descrição dos caminhos trilhados na construção desta revisão integrativa de literatura. No que se refere aos descritores, utilizamos nessa pesquisa “justiça social”, “justiça curricular” e “Educação Física”, com os operadores booleanos *AND* e *OR*, possibilitando alcançar trabalhos que relacionassem justiça social ou justiça curricular na Educação Física. Optamos por não trabalhar com um recorte temporal específico, considerando que o conceito de justiça curricular ainda é relativamente recente e seus usos e aplicações nas diferentes áreas do conhecimento é ainda mais recente.

Nesta primeira fase, lançamos nossos olhares apenas para artigos científicos nas bases de dados *Scielo* e Periódicos Capes. Como critérios de inclusão, consideramos os escritos que tinham seus textos disponíveis na íntegra com acesso aberto e publicados em periódicos que contam com revisão por pares. Após a seleção, para a elegibilidade dos artigos a serem analisados, os resumos foram lidos e, em alguns casos, as seções iniciais do artigo completo também, haja vista que alguns não delimitavam de forma precisa no resumo o objeto de estudo, possibilitando assim a exclusão dos artigos que fugiam do escopo proposto nesta pesquisa. Concluída esta fase, fomos à base de dados Google Acadêmico com o intuito de complementar e ampliar os materiais desta revisão, com foco agora em materiais de outras naturezas, tais como livros, capítulos de livro e anais de eventos. Utilizamos os mesmos descritores sem recorte temporal específico da etapa anterior e, após a seleção destes materiais, fizemos uma leitura dos mesmos para analisar sua pertinência e relevância para a temática, assim como sua relação com o escopo proposto neste estudo.

Para a apresentação dos escritos selecionados, foi construído o quadro abaixo com os títulos, a autoria e o ano da publicação. No código de identificação dos manuscritos, a numeração sequencial é precedida de uma letra que sinaliza a tipologia do material, sendo A referente a artigos, L a livros e O para outros materiais:

GRIPA, D. W.; RAMOS, P.

**Quadro 1.** Materiais selecionados na revisão integrativa

CÓDIGO	TÍTULO	AUTORIA/ANO
A1	A Educação Física escolar na reforma do Ensino Médio: um problema de justiça curricular	Silva e Silveira (2023)
A2	Avaliação e planejamento participativo na dinâmica curricular da Educação Física escolar	Venâncio e Sanches Neto (2023)
A3	Educação Física decolonial: análise, desafios e perspectivas em Paulo Freire e Frantz Fanon	Sousa, Costa e Ehrenberg (2021)
A4	Educação Física escolar crítica: a aula como espaço de reconhecimento	Rocha, Nunes e Coelho (2022)
A5	Educação Física escolar no ensino médio integrado: a busca por justiça curricular a partir das diferentes linguagens sobre as práticas corporais	Maldonado e Velloso (2022)
A6	Justiça social e Educação Física escolar no pós-pandemia: epistemologias pós-abissais e prática político-pedagógica progressista	Maldonado (2021)
A7	O currículo cultural de Educação Física: princípios, procedimentos didáticos e diferenciações	Neves e Neira (2019)
A8	Práticas corporais, justiça social e Educação Física: análise das experiências de docentes da educação básica	Maldonado e Neira (2022)
L1	Educação Física	Neira (2011)
L2	Educação Física cultural: inspiração e prática pedagógica	Neira (2018)
L3	Educação Física escolar e justiça social: experiências curriculares na educação básica	Maldonado, Silva e Martins (2022)
L4	Justiça curricular na Educação Física: quais inéditos-viáveis são possíveis?	Faria, Baranowski Pinto, Cruz, Coelho e Gomes (2023)
O1	III Encontro Pensando a Educação Física Escolar, "Justiça curricular na Educação Física: quais inéditos-viáveis são possíveis?"	Maldonado, Baranowski Pinto e Gomes (2022)

**Fonte:** Próprios autores (2025)

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor organização dos resultados desta revisão integrativa, a dividimos em duas partes: na primeira, exploramos as teorias pedagógicas da Educação Física que

possuem interfaces com o debate sobre justiça social e curricular, em especial com as três dimensões propostas por Ponce (2018), enquanto na segunda exploramos as conexões entre os fundamentos do debate sobre justiça social e curricular com a práxis pedagógica na Educação Física.

### **Teorias pedagógicas da Educação Física e justiça social/curricular**

A Educação Física, enquanto área do conhecimento e também disciplina que compõe o currículo da escolarização básica brasileira, possui uma questão que podemos considerar singular que é o elevado número de teorias curriculares que circulam em seu campo. Essa profusão de abordagens que fundamentam a intervenção socioeducativa a partir de uma multiplicidade de pressupostos teórico-epistemológicos, é fruto do próprio percurso histórico da Educação Física. A mesma contou inicialmente com fortes influências médicas e militares para se constituir teoricamente, e posteriormente, a partir da década de 1980, com referenciais das ciências humanas e sociais (Soares, 2010). Mediado pelo contexto de produção destes referenciais teóricos, em que distintos grupos impuseram seus traços ideológicos para sustentar seus projetos políticos para a área (Castellani Filho, 1988), é possível afirmar que a Educação Física detém uma grande amplitude epistemológica em razão de sua aproximação teórica com áreas distintas de saberes (Daolio, 2007).

Na esteira desse grande lastro de produção de teorias curriculares na Educação Física, destacamos as que surgem a partir do chamado movimento renovador, que no âmbito do movimento de redemocratização brasileira na década de 1980 e, posteriormente, do avanço das políticas neoliberais, produzem uma série de teorias na área, algumas de caráter conservador e outras que se inserem no campo crítico da Educação Física. Das pertencentes ao segundo grupo, inicialmente, tiveram maior proeminência a crítico-superadora (Soares *et al.*, 1992), com forte influência do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani e a crítico-emancipatória (Kunz, 1991), que tem como principais referenciais a teoria crítica da escola de Frankfurt e a Fenomenologia. Posteriormente, já nos anos 2000, temos o currículo cultural (Neira, 2011), que conta com referências dos estudos culturais, do multiculturalismo crítico e do pós-estruturalismo, e o currículo crítico-libertador (Bossle, 2019) que tem como base teórico-epistemológica o pensamento freireano.

Destas várias tendências, as duas últimas merecem destaque nesse escrito por problematizarem as desigualdades sociais na interseção com os marcadores sociais, construindo relações com o debate sobre justiça curricular. Os trabalhos L1, L2 e A7 versam sobre o currículo cultural, que possui como princípios ético-políticos o reconhecimento da cultura corporal da comunidade, a articulação com o projeto político pedagógico da escola, a justiça curricular, a rejeição ao daltonismo cultural, a descolonização do currículo e a ancoragem social dos conhecimentos (Neira, 2011). Importante salientar que estes princípios não estão dissociados entre si, Neves e Neira (2019) apontam que a justiça curricular se articula através de múltiplas conexões com os princípios da descolonização do currículo e o reconhecimento da cultura corporal do

movimento, principalmente quando se aborda questões como a gestão democrática e a valorização da diversidade e dos saberes de grupos historicamente marginalizados.

Nessa abordagem, a justiça curricular trata da inclusão de práticas corporais pertencentes a grupos sociais que tradicionalmente são excluídas do currículo escolar, valorizando saberes que usualmente não circulam nos currículos, rompendo a lógica utilitarista de tematizar apenas as práticas que são validadas e valorizadas na sociedade capitalista (Neira, 2018). Não se trata de negar os esportes euroamericanos, mas de compreender que a escolha destes ocorre, por exemplo, em detrimento das práticas corporais indígenas e quilombolas (Neves; Neira, 2019), nos chamando a atenção para o fato de que toda escolha no currículo é, por princípio, uma opção política (Freire, 2017).

O currículo cultural trabalha com a ideia de que problematizações sobre temáticas ligadas a gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, deficiência e classe social em ações pedagógicas, possibilitam aos estudantes a análise das relações de poder existentes na escola e na sociedade (Neves; Neira, 2019). É imprescindível desnaturalizar as relações de poder do currículo e, nesse sentido, o currículo cultural se aproxima da dimensão do conhecimento na justiça curricular, ao pensar na redistribuição destas relações de poder através da seleção e da organização dos conteúdos escolares e no trato pedagógico destes.

A democratização do conhecimento e das epistemologias que os sustentam, a partir da permanente problematização das narrativas que são produzidas enquanto outras são silenciadas pelos currículos escolares, fazem do combate à monocultura do saber científico um objetivo dessa dimensão (Ponce; Araújo, 2019). Importante mencionar que não é negado um lugar para os conhecimentos científicos no currículo, mas sim de reconhecer que há outras formas de enxergar a realidade, outros saberes igualmente relevantes que devem ocupar um espaço no currículo escolar, em que “[...] ancora-se o currículo não apenas no aspecto cognitivo, mas também no corporal, nas percepções e nas emoções dos sujeitos que dele fazem parte” (Ponce; Araújo, 2019, p. 1060).

Por sua vez, o currículo crítico-libertador também tem seus enlaces e imbricações com essa mesma dimensão da justiça curricular. A aproximação da Educação Física com a educação libertadora e todas as teses e experiências de Paulo Freire é recente, tomando corpo nos últimos anos com o aumento expressivo no número de produções nessa perspectiva, em um contexto de sucessivos ataques à educação e à democracia brasileira (Bossle, 2019). Maldonado (2024) contribui para esse debate ao mencionar que, por mais contraditório que isso pareça, foi o avanço da extrema direita brasileira que alavancou o debate sobre as interlocuções entre a base teórico-epistemológica de Paulo Freire e a Educação Física, em que a luta coletiva por direitos e a transgressão aos retrocessos impostos pelo sistema neoliberal se materializam na tematização de práticas corporais que problematizam os marcadores sociais, com vistas a construção de uma sociedade mais justa e plural.

O trabalho A5 analisa uma experiência pedagógica nessa abordagem, tematizando uma série de conteúdos a partir das premissas político-pedagógicas do pensamento freireano. Com vistas a fomentar uma leitura crítica do mundo através das práticas corporais em diferentes linguagens, em um processo que Freire (2001, p. 63) nomeia de “quefazer político conscientizador”, os autores problematizaram os marcadores sociais que atravessam o universo das práticas corporais, como por

exemplo, questões relacionadas à gênero, raça, classe e deficiência através dos jogos de matriz africana, das brincadeiras de roda de comunidades quilombolas, dos esportes para pessoas com deficiência, da capoeira, entre outros. Nessa mesma linha, A8 analisa as experiências de docentes de Educação Física alinhados a perspectivas críticas e pós-críticas que exploraram a relação entre desigualdades socioeconômicas e as práticas corporais, com o intuito de buscar a justiça social.

Connell (1995) defende um currículo democrático, que subverta a lógica hegemônica dos grupos dominantes em prol dos oprimidos, que reconheça a pluralidade cultural de nossa sociedade sem tratar os saberes dos grupos que sofrem injustiças sociais como folclóricos, estereotipando e fragmentando esses saberes no currículo. Como alicerce político e epistemológico, Connell (1995, p. 24) vincula a justiça curricular “[...] a um currículo antissexista, antirracista, antimachista, multicultural, vinculado a princípios democráticos que precisam estar ‘corporificados’ em práticas de ensino e aprendizagem”. Apesar de tratarmos, até então, da dimensão do conhecimento capaz de gerar vida digna (Ponce, 2018), é importante salientar que quando abordamos a questão do currículo, não se trata apenas da seleção e da organização dos conhecimentos, sendo necessário considerar também as dimensões éticas e relacionais, como o cuidado com o outro e a promoção de ambientes de convivência respeitosa.

O trabalho A2 aborda e aprofunda a discussão sobre a dimensão da convivência democrática (Ponce, 2018) no currículo de Educação Física. Os autores analisam o processo de planejamento e avaliação participativa realizado em um contexto de residência pedagógica, em que bolsistas da residência, professores e estudantes decidem em conjunto os temas a serem trabalhados. Com a perspectiva de que a relação de saberes entre professores e alunos deve estar refletida em princípios curriculares orientados pela justiça social, as decisões participativas consistiram em “estratégia de posicionamento político” dos alunos. Nesse contexto, os alunos puderam tomar posse e se corresponsabilizar sobre seus processos de aprendizagem. Já o trabalho A4 trata da dimensão do cuidado no currículo de Educação Física, o qual caracteriza como “espaço de reconhecimento”. Os autores discutem a importância de dialogicidade e implicação como conceitos que embasam a prática educativa de professores críticos. Para tal, analisam narrativas autoetnográficas produzidas em turmas de educação infantil e fundamental I em uma escola pública no Rio Grande do Sul. Como forma de valorizar o reconhecimento de professores e alunos nos processos pedagógicos, advogam por integrar a experimentação e a problematização nas práticas voltadas para a cultura corporal.

### **Práxis pedagógica da Educação Física e a justiça social/curricular**

A atualidade, pertinência e relevância destes debates que ampliam as propostas pedagógicas contra-hegemônicas para a área, entre elas, as que entrelaçam justiça curricular e Educação Física a partir de diferentes referenciais e abordagens, pode ser afirmada a partir destes movimentos no campo crítico com o currículo crítico-libertador e pós-crítico com o currículo cultural, mas também com a aproximação e o aprofundamento de alguns referenciais teóricos críticos, como podemos observar em

GRIPA, D. W.; RAMOS, P.

alguns trabalhos que citamos a seguir. Nesse movimento de expansão de práticas e pesquisas no campo crítico da área, temos A6 que aborda experiências político-pedagógicas de caráter progressista a partir de alguns referenciais teóricos, dentre eles, o de Paulo Freire a partir do conceito de leitura de mundo. Ao tratar da perspectiva decolonial na Educação Física, A3 explora o referencial teórico de Paulo Freire e de Frantz Fanon, propondo reflexões a partir do sul global que possam entrelaçar a justiça social, a educação antirracista e a educação popular, porém, os autores reconhecem que ainda há muito a se avançar nesse campo. Maldonado (2024) corrobora com essa questão ao afirmar que no que se refere ao currículo crítico-libertador na Educação Física, é recente o movimento de organização dos seus fundamentos epistemológicos e político-pedagógicos.

Já o O1 faz referência aos anais do III Encontro Pensando a Educação Física Escolar, que teve como título “Justiça curricular na Educação Física: quais inéditos-viáveis são possíveis?”, evento ocorrido em Belo Horizonte/MG em 2022 que teve seu tema escolhido a partir de consulta pública realizada no ano anterior por um coletivo constituído por docentes da educação básica que buscam aproximar conhecimentos produzidos na escola e nas universidades. Guiados pelo questionamento “O que significa justiça curricular nos projetos político-pedagógicos na Educação Física Escolar?”, o evento dá origem ao trabalho L4, um livro intitulado “Justiça curricular na Educação Física: quais inéditos-viáveis são possíveis?”, que amplia a discussão e as reflexões sobre a temática. Com vistas a apresentar os fundamentos epistemológicos e didático-pedagógicos da relação entre Educação Física e justiça social, L3 é um livro organizado por docentes que atuam no ensino superior e na educação básica e abordam esta temática a partir de distintas perspectivas epistemológicas. Maldonado, Silva e Martins (2022) reúnem nesse livro uma série de reflexões sobre relações de gênero, saberes dos povos indígenas, desigualdades da tecnologia, entre outros temas que nos ajudam a pensar em práticas pedagógicas de transgressão e resistência.

Ao falar da Educação Física na recente e problemática reforma do ensino médio que tivemos em nosso país, o trabalho A1 tenta identificar e compreender as implicações desta reforma para a Educação Física escolar à luz da justiça curricular. Como estratégia metodológica, realizaram uma revisão bibliográfica em bases de dados indexadas, em um recorte temporal de 2016 a janeiro de 2023. Foi possível inferir diversos aspectos de injustiça curricular na Educação Física escolar com a reforma do ensino médio, desde a não garantia de acesso a conhecimentos do campo, passando pelo desprezo à construção sócio-histórica da disciplina e na desvalorização do trabalhador. Os autores concluem que a flexibilização do currículo e os obstáculos à formação integral das juventudes colocadas pela reforma do ensino médio “[...] produz[em] implicações relativas ao reconhecimento dos sujeitos, à redistribuição do conhecimento e à garantia do cuidado e da participação (Silva; Silveira, 2023, p. 14), categorias estas da justiça curricular.

Com o avanço das pressões mercantilistas e neoliberais na educação, Torres Santomé (2013) analisa a justiça curricular nesse contexto de enfrentamento aos modelos de educação propostos pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para o autor, é urgente pensarmos em um currículo interdisciplinar que valorize as ciências sociais, humanas e as artes, construindo

um currículo que esteja efetivamente comprometido com a participação democrática e com uma cidadania ativa, com vistas ao desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo. O estudo A1 apreende que a reforma do ensino médio no Brasil está na contramão desse movimento, colocando em xeque o acesso a direitos básicos por parte dos estudantes, inclusive na Educação Física, pois produz e reproduz uma série de procedimentos que caracterizam o aumento das injustiças curriculares na Educação Física escolar. Diante dos elementos apresentados destes trabalhos, podemos perceber que as experiências e reflexões discutidas revelam um campo em movimento, em que a práxis pedagógica da Educação Física em diálogo com os princípios da justiça social e curricular vem reafirmando a potência da área como espaço de resistência, criação e diálogo entre distintos referenciais críticos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Exploramos neste trabalho uma das possibilidades de interseção entre justiça social e educação, a saber, a justiça curricular, em um componente curricular fundamental da escolarização básica, a Educação Física. Ao longo da discussão, evidenciamos como este componente detém fortes potencialidades para desenvolver discussões sobre os marcadores sociais que atravessam o universo das práticas corporais. Tematizar a cultura corporal do movimento considerando e interseccionando gênero, raça, classe, deficiência e outros marcadores sociais pode se configurar como um potente espaço de resistência e conscientização, promovendo a análise crítica das relações sociais e culturais que permeiam a experiência corporal e a sociedade.

À medida que enfrentamos em um cenário neoliberal a crescente mercantilização da educação, é fundamental que estejamos vigilantes e comprometidos com práticas que desafiem as estruturas hegemônicas e caminhem para um cenário mais justo socialmente. A análise do conceito de justiça curricular, proposta por autores como Connell (1993; 1995; 2012), Torres Santomé (2013), Ponce (2018) e Costa, Araújo e Ponce (2023), nos permite compreender a necessidade de um currículo que não apenas reflita e discuta as desigualdades sociais, mas que também atue como um agente de transformação dessa realidade social. As três dimensões apresentadas - conhecimento, cuidado e convivência solidária - revelam-se essenciais para a construção de uma educação que se materialize como um fazer político conscientizador (Freire, 2001).

Na Educação Física, as teorias críticas que emergem do movimento renovador, particularmente as que dialogam com a justiça curricular, se tornam cruciais para esse processo de enfrentamento às desigualdades educacionais e escolares que temos, reflexo das desigualdades sociais que assolam principalmente grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, o currículo crítico-libertador e o currículo cultural têm importantes interlocuções com a dimensão do conhecimento da justiça curricular. Ambos, cada qual a partir de seus princípios teórico-epistemológicos e político-pedagógicos, valorizam as experiências e os conhecimentos dos estudantes, enfatizam a inclusão de práticas e saberes de grupos marginalizados valorizando a diversidade cultural e problematizam as relações de poder com vistas a construção de uma sociedade mais justa. Porém, também é importante mencionar que a ausência de mais

GRIPA, D. W.; RAMOS, P.

estudos sobre as dimensões do cuidado e da convivência democrática na Educação Física é uma lacuna significativa no campo. É fundamental que futuras investigações se debrucem sobre essas dimensões para enriquecer a prática pedagógica e contribuir para a construção de uma Educação Física efetivamente comprometida com a justiça social.

Também enfatizamos que pelas características próprias da produção de conhecimentos na área, seria interessante se debruçar sobre pesquisas que apresentam indícios de uma práxis pedagógica em diálogo com a justiça social e curricular, porém sem necessariamente fazer uso destes termos. Há uma série de pesquisas na área que versam sobre interseccionalidade, educação inclusiva, educação das relações étnico-raciais, gênero e sexualidade, e saúde ampliada, por exemplo, que estão em diálogo com a justiça social e curricular, mas que não dão ênfase a estes conceitos.

Concluímos que a Educação Física, ao integrar o debate da justiça curricular em suas práticas pedagógicas, pode desempenhar um papel transformador na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de reconhecer e confrontar as desigualdades que permeiam não apenas o espaço escolar, mas também a sociedade como um todo. Ao promover um currículo inclusivo e que valorize as diversas identidades e saberes, que se preocupe com os sujeitos, os tempos e os espaços escolares, que crie um ambiente escolar solidário e respeitoso, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, solidária, inclusiva e democrática.

Artigo recebido em: 15/06/2025  
Aprovado para publicação em: 25/11/2025

---

BETWEEN INEQUALITIES AND CURRICULA: CURRICULAR JUSTICE IN PHYSICAL EDUCATION IN PERSPECTIVE

**ABSTRACT:** In a context where the deepening of social inequalities is reflected in educational and school disparities, it is imperative to discuss the relationship between social justice and education. Adopting a qualitative approach, we conducted an integrative literature review aimed at systematizing scientific production in Physical Education concerning curricular justice, critically examining the current state of the topic. Our main findings highlight the relationships between the cultural and critical-libertarian curricula in Physical Education and the discourse on curricular justice, particularly regarding the dimension of knowledge. We conclude that this discussion is timely, relevant, and significant for the field, highlighting the numerous contributions of a critical pedagogical praxis and pointing out some gaps to be filled in future studies.

**KEYWORDS:** Physical Education; Curriculum; Social Justice; Curricular Justice

---

ENTRE DESIGUALDADES Y CURRÍCULOS: LA JUSTICIA CURRICULAR EN EDUCACIÓN FÍSICA EN PERSPECTIVA

**RESUMEN:** En un contexto donde el profundizamiento de las desigualdades sociales se refleja en las desigualdades educativas y escolares, es urgente discutir la relación entre justicia social y educación. Con un enfoque cualitativo, realizamos una revisión integrativa de literatura con el objetivo de sistematizar la producción científica en Educación Física sobre justicia curricular, discutiendo críticamente el estado actual de la temática. Como hallazgos principales, destacamos

las relaciones entre los currículos cultural y crítico-liberador de la Educación Física con el debate de justicia curricular, en especial con la dimensión del conocimiento. Concluimos que esta discusión es actual, pertinente y relevante para el área, destacando los numerosos aportes de una praxis pedagógica crítica y señalando algunas lagunas a ser llenadas en futuros estudios.

PALABRAS CLAVE: Educación Física; Currículo; Justicia Social; Justicia Curricular

## REFERÊNCIAS

- ARAGÓN, M.H. Función e importancia del profesorado desde la justicia social y la justicia curricular. **Sophia**, Quindío, Colombia, v. 18, n. 1, n.p., jul. 2022. Disponível em: <https://revistas.ugca.edu.co/index.php/sophia/article/view/1044/1686>. Acesso em: 17 set. 2024.
- BOSSLE, F. Atualidade e relevância da educação libertadora de Paulo Freire na educação física escolar em tempos de "Educação S/A". In: SOUSA, C.A.; NOGUEIRA, V.A.; MALDONADO, D.T. (Org 's.). **Educação física escolar e Paulo Freire: ações e reflexões em tempos de chumbo**. Curitiba: CRV, 2019. p. 17-32.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.
- CONNELL, R. **Schools and social justice**. Philadelphia, EUA: Temple University Press, 1993.
- CONNELL, R. Justiça, conhecimento e currículo na educação contemporânea. In: SILVA, L.H.; AZEVEDO, J.C. **Reestruturação curricular**: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, p. 11-35, 1995.
- CONNELL, R. Just education. **Journal of Education Policy**, Constanta, Romênia, v. 27, n. 5, p. 681-683, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02680939.2012.710022>. Acesso em: 17 set. 2024.
- COOPER, H.M. **Synthesizing Research**: A Guide for Literature Reviews. 3<sup>a</sup> ed. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1998.
- COSTA, T.A.; ARAÚJO, W.B.; PONCE, B.J. Justiça social e justiça curricular: enlaces teóricos para análise e proposição de políticas e práticas curriculares. **Revista Cocar**, Belém, v. 18, n. 36, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6452>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- COSTA, L.M.; NEIRA, M.G. A educação corporal. In: NEIRA, M.G. **Educação Física cultural**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 31-47.

GRIPA, D. W., RAMOS, P.

DAOLIO, J. O ser e o tempo da pesquisa sociocultural em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, SC, v. 29, n. 1, p. 49-60, set. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4013/401338531005.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2025.

FARIA, E.L.; BARANOWSKI-PINTO, G.; CRUZ, R.C.M.; COELHO, R.A.; GOMES, R.O. **Justiça curricular na Educação Física: Quais os inéditos viáveis possíveis?** São Carlos: Diagrama Editorial, 2023.

FREIRE, P. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

KUNZ, E. **Educação Física:** ensino e mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991.

LIMA, I; GANDIN, L.A. Justiça social na educação: pressupostos e desdobramentos práticos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 929-941, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10019>. Acesso em: 17 set. 2024.

MALDONADO, D. T. Justiça social e Educação Física escolar no pós-pandemia: epistemologias pós-abissais e prática político-pedagógica progressista. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.q12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3495>. Acesso em: 26 set. 2024.

MALDONADO, D.T. Educação Física Escolar, pensamento freireano e pedagogia crítico-libertadora. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 38–59, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/71968>. Acesso em: 25 set. 2024.

MALDONADO, D.T.; NEIRA, M.G. Práticas corporais, justiça social e Educação Física: análise das experiências de docentes da educação básica. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/85863>. Acesso em: 26 set. 2024.

MALDONADO, D.T.; BARANOWSKI-PINTO, G.; GOMES, R.O. **Coletânea III Pensando a Educação Física Escolar** “justiça curricular na Educação Física: quais inéditos-viáveis são possíveis?”. In: III encontro pensando a Educação Física escolar. Anais... Belo Horizonte: IFMG, 2022.

MALDONADO, D.T.; SILVA, M.E.H.; MARTINS, R.M. (Orgs.). **Educação Física escolar e justiça social:** experiências curriculares na educação básica. Volume 47. Curitiba: CRV, 2022.

# ARTIGO 1301

Entre desigualdades e currículos: a justiça curricular...

MALDONADO, D.T.; VELLOSO, L.R.S. Educação Física escolar no ensino médio integrado: a busca por justiça curricular a partir das diferentes linguagens sobre as práticas corporais. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1–21, 2022. Disponível em:  
<https://portalespiral.cp2.q12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3656>. Acesso em: 26 set. 2024.

NEIRA, M.G. **Educação Física**. São Paulo: Blucher, 2011.

NEIRA, M.G. **Educação Física cultural**: inspiração e prática pedagógica. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

NEVES, M.R.; NEIRA, M.G. O currículo cultural de Educação Física: princípios, procedimentos didáticos e diferenciações. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 4, n. 3, p. 108–124, 2019. Disponível em:  
<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/134>. Acesso em: 26 set. 2024.

PONCE, B.J. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Curriculo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018. Disponível em:  
<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PONCE, B.J.; ARAÚJO, W.B. A justiça curricular em tempos de implementação da BNCC e desprezo pelo PNE (2014-2024). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 1045-1074, jul./set. 2019. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44998>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RAMOS, A.; FARIA, P.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba/PR, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424002.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ROCHA, L.O.; NUNES, L.O.; COELHO, M.C. Educação Física escolar crítica: a aula como espaço de reconhecimento. **Revista Didática Sistêmica**, Rio Grande, v. 24, n. 2, p. 26–37, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/14440>. Acesso em: 26 set. 2024.

RUSSELL, C.L. An overview of the integrative research review. **Progress in Transplantation**, Houston, Texas, v 15, n. 1, n.p., mar. 2005. Disponível em:  
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15839365/>. Acesso em: 01 set. 2024.

GRIPA, D. W., RAMOS, P.

SILVA, J.L.C.; SILVEIRA, E.S. A Educação Física escolar na reforma do Ensino Médio: um problema de justiça curricular. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, p. e14399, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14399>. Acesso em: 26 set. 2024.

SILVA, R.R.D. Revisitando a noção de justiça curricular: problematizações ao processo de seleção dos conhecimentos escolares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 1-19, 2018. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399365005004>. Acesso em 22 jun. 2023.

SOARES, M.G. Três décadas de movimento renovador da Educação Física: Alcançamos a maioridade epistemológica? **Conexões**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 24-34, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637725>. Acesso em: 24 set. 2024.

SOARES, C.L.; TAFFAREL, C.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, L.; ESCOBAR, M.O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, C.A.; COSTA, T.B.; EHRENBERG, M.C. Educação Física decolonial: análise, desafios e perspectivas em Paulo Freire e Frantz Fanon. **Educação - Revista do Centro de Educação UFSM**, Santa Maria, v. 46, n. 1, p.e112/ 1-27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/44110>. Acesso em: 26 set. 2024.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira:** para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

TORRES SANTOMÉ, J. **Curriculum escolar e justiça social:** o cavalo de Troia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

VENÂNCIO, L.; SANCHES NETO, L. Avaliação e planejamento participativo na dinâmica curricular da Educação Física escolar. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Boa Vista, s.v, s.n, p. 45-69, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1119>. Acesso em: 26 set. 2024.

VENCATO, A.P. Diferenças na Escola. In: **Miskolci, R.; Leite Júnior, J. Diferenças na Educação: Outros Aprendizados**. São Carlos: EDUFSC, 2014.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>. Acesso em: 01 set. 2024.

# ARTIGO 1303

Entre desigualdades e currículos: a justiça curricular...

---

DENIS WILLIAM GRIPA: Doutorando em Educação em Ciências e Saúde (UFRJ). Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho (Univali)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1521-5149>

E-mail: denisgripa@hotmail.com

---

PAULA RAMOS: Doutora em Educação em Ciências e Saúde (UFRJ). Pesquisadora e Professora Adjunta no Instituto Nutes (UFRJ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8231-1237>

E-mail: paularamos.ufrj@gmail.com

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).